

O PAPEL DA IGREJA LOCAL

DIANTE DE DESASTRES E
EMERGÊNCIAS NA COMUNIDADE

uma reflexão para a prática



Sumário

EQUIPE	03
QUEM SOMOS	04
INTRODUÇÃO	05
PORQUE A IGREJA DEVE SE ENVOLVER	06
-VAMOS CONTINUAR REFLETINDO - 06	
CONHECER PARA PREVENIR...	07
-PARA REFLETIR - 07	
OS IMPACTOS DOS DESASTRES NATURAIS	08
-VOCÊ PRECISA SABER QUE - 08	
POR QUE OS DESASTRES ACONTECEM...	09
-PARA REFLETIR - 10	
-DADOS SOBRE VULNERABILIDADE NO BRASIL - 11	
-PARA REFLETIR - 11	
APRENDENDO SOBRE GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES (GRD)...	12
-IMPORTANTE SABER - 12	
-ILUSTRAÇÕES DE ÁREAS DE RISCO - 12	
-PARA REFLETIR - 12	
MARCO LEGAL E CONCEITUAL DA REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES O BRASIL E A REALIDADE DOS DESASTRES	13
-VOCÊ TEM QUE SABER - 15	14
GESTÃO DE RISCO E DE DESASTRES...	15
GESTÃO DE RISCO E DESASTRES COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL...	17
-VOCÊ SABIA QUE - 18	
-VAMOS RELEMBRAR - 18	
-O CAMINHO É A PREVENÇÃO - 18	
A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA - UMA ESTRATÉGIA PARA PREVENÇÃO DOS DESASTRES	18
APRENDENDO COM A BÍBLIA....	19
VAMOS APRENDER ESTUDANDO NEEMIAS 1 A 4	20
CONHECER É O MELHOR CAMINHO	22
- METODOLOGIA UMOJA, UMA FERRAMENTA DE AÇÃO - 22	
APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA METODOLOGIA UMOJA	22
-PRINCÍPIO 1 - FEITO POR MEIO DA FACILITAÇÃO - 22	
-PRINCÍPIO 2 - FUNDAMENTADO NA BÍBLIA - 23	
-PRINCÍPIO 3 - CONDUZIDO PELA IGREJA - 23	
-PRINCÍPIO 4 – RELACIONAL - 24	
-PRINCÍPIO 5 - EMPODERADOR - 24	
-PRINCÍPIO 6 – PARTICIPATIVO - 25	
-PRINCÍPIO 7 - ABERTO E NÃO PRESCRITIVO - 25	
-PRINCÍPIO 8 - LIBERANDO OS RECURSOS DA PRÓPRIA IGREJA E DA COMUNIDADE - 25	
-PRINCÍPIO 9 - CONTÍNUO E SUSTENTÁVEL - 26	
-PARA CONTINUAR REFLETINDO - 27	
GUIA PARA ATUAÇÃO	28
FASE DE PREPARAÇÃO	28
-IMPLEMENTAÇÃO /FASE AGUDA - 28	
-FASE DE RECUPERAÇÃO /SAÍDA - 29	
-IMPORTANTE SABER - 31	
REFERÊNCIAS	32

Coordenadora: Tânia Wutzki

Tutoras:

Dorothea Luz
Eloisa Lazarotto
Giovana Fogaça

Redação:

Dorothea Luz
Eloisa Lazarotto
Marcus Holmgren

Revisão:

Gilberto Gedaías Alves

Diagramação: Lucas Loureiro

Quem somos...

A FEPAS - Federação das Entidades e Projetos Assistenciais da Convenção das Igrejas Batistas Independentes - CIBI tem como missão promover a justiça do Reino de Deus por meio da transformação social junto a comunidades.

Em parceria com a Interact, Tearfund e outros parceiros, atua na assessoria, capacitação técnica e apoio à captação de recursos, visando o aprimoramento de entidades e ações sociais vinculadas a igrejas da CIBI.

Como organização comprometida com os valores cristãos, a FEPAS considera que é de suma importância apresentar uma reflexão propositiva sobre a mitigação de desastres naturais e prevenção das emergências em comunidades, principalmente as mais vulneráveis.

INTRODUÇÃO

Esta cartilha é resultado do projeto “UMOJA” - Formação Virtual para lideranças, desenvolvido pela FEPAS em parceria com a Tearfund, cujo objetivo é formar lideranças para atuarem como facilitadoras na aplicação da metodologia Umoja, com ações participativas que busquem desenvolvimento transformador para as comunidades.

Vamos refletir sobre os riscos de desastres naturais que afetam a população em geral, como, onde e porque eles se manifestam, quais os marcos legais estabelecidos para enfrentamento, suas estratégias de ação e sobretudo como as igrejas locais podem contribuir na mitigação dos riscos e desastres em seus territórios de atuação.

Embora no Brasil não ocorram desastres naturais extremos, como vulcões, tsunamis ou terremotos, não podemos dizer que vivemos em um país isento dos desastres naturais, pois sabemos que mesmo com diferentes intensidades todas as regiões são afetadas por calamidades em função de algum desastre, seja alagamentos, secas, doenças e outros fenômenos da natureza, gerando situações de emergência para a realidade de vida das populações e comunidades afetadas.

A realidade descrita acima nos faz refletir sobre a necessidade de ampliarmos nossos conhecimentos sobre essa temática, como poderemos identificar os territórios que estão mais suscetíveis aos riscos de desastres e situações de emergência, bem como estabelecer estratégias adequadas para prevenir esses riscos, mas não deixando de prestar o socorro adequado para aquelas pessoas que forem afetadas e contribuir de forma positiva com ações de reabilitação.

A igreja local é uma comunidade de fé com bastante potencial para atuar nas situações de emergência e desastres naturais. Possui um contingente significativo de profissionais que podem usar seus dons e qualidades técnicas nesse campo, porém é necessário buscar conhecimento específico junto aos órgãos competentes, tanto no âmbito do governo como junto a organizações da sociedade civil.

Nossa proposta é apresentar um breve texto com linguagem acessível, e que contribua para compreensão do conceito de gestão de risco, redução dos desastres para atuar em situações de emergência na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

PORQUE A IGREJA DEVE SE ENVOLVER

"Todo aquele que ouve estas minhas palavras e as põe em prática, será comparado a um homem prudente que edificou a casa sobre a rocha."

Mateus 7:24

É por meio do estudo das Escrituras que nós como igrejas nos guiamos para aplicar seus ensinamentos, seja em direção a nós mesmos, seja em direção ao próximo ou a comunidade.

São muitos os textos bíblicos que nos dão exemplos de como as lideranças atuaram em situações críticas no decorrer da história do povo de Deus no Antigo Testamento, e já no Novo Testamento o exemplo do ministério de Jesus.

Uma dessas histórias exemplares é a parábola do Bom Samaritano. Com esta parábola em Lucas 10.25-37 podemos entender, de forma muito clara, o que Deus quer (e o que não quer) de nós, a Sua igreja. Ele não nos chamou para estarmos fixados somente em nossos compromissos ritualísticos como o sacerdote ou o levita, mas coloca como ponto principal o amor a Deus e ao próximo. Nesta direção, podemos perguntar:

Quem foi o próximo daquele homem que foi atacado? É o samaritano que teve misericórdia dele, identificou-se com ele, como ser humano, compadeceu-se dele.

Pensando nesta parábola não é difícil entender por que acreditamos que a igreja deve envolver-se nas intervenções em situações de desastres.

Vamos continuar refletindo..

Como poderia a igreja ver a sua comunidade vivendo tamanho sofrimento e seguir o seu caminho religioso? Como pode a igreja seguir a sua programação sem ao menos abrir as suas portas para acolher os que sofrem com a perda das suas casas, bens dos mais diversos tipos e até mesmo os seus entes queridos?

Tiago já nos alertou que a nossa fé sem obras é morta! (Tiago 2.17)

Um perito da lei se aproxima de Jesus para perguntar o que deveria fazer para herdar a vida eterna. Ao que Jesus o leva a refletir sobre o que dizia a lei. A lei falava sobre amor: a Deus e ao próximo. O nosso próximo não é somente aquele a quem escolhemos amar, mas

até mesmo o membro de um grupo de que não gostamos, que tem crenças diferentes das nossas.

Lembremos de Jesus que ao lavar os pés de seus discípulos, lavou também os pés daquele que ele já sabia, seria o seu traidor (João 13). A igreja não está no mundo para ser somente um espaço de culto. A Igreja são os seguidores de Jesus que serão reconhecidos pelo amor (João 13.35).

A história do Bom Samaritano nos desafia a transcender no credo e etnia na resposta ao desastre e trabalho humanitário (Lucas 10: 25-37).

CONHECER PARA PREVENIR...

Desastres naturais, situações de emergência: o que são e como se manifestam.

O Glossário da Defesa Civil Nacional, conceitua desastre como o “**resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. A intensidade de um desastre depende da interação entre a magnitude do evento adverso e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor afetado**” (Castro,1998).

Vamos destacar os elementos desse conceito, para entender melhor, pois ajuda a pensar em estratégias de redução dos desastres.

1. Os desastres podem ser naturais ou provocados pelo ser humano;
2. Os desastres incidem sobre um ecossistema que é vulnerável e causa danos que podem ser humanos, materiais e/ou ambientais;
3. Os desastres causam prejuízos econômicos e sociais;

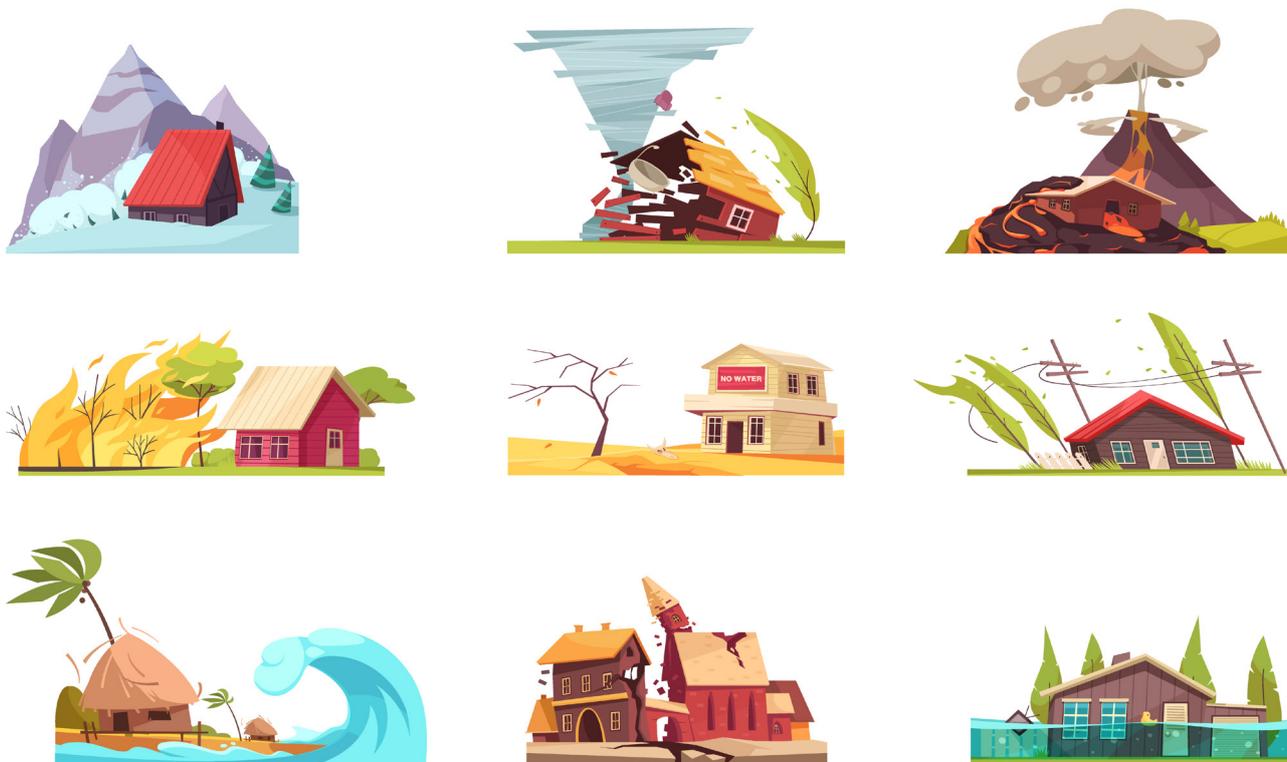
Para refletir:

Muitas vezes os desastres são causados devido a uma série de práticas humanas inadequadas que comprometem o equilíbrio, provocando mudanças que podem ser irreparáveis, dependendo da velocidade e intensidade em que são realizadas. Os desastres naturais muitas vezes provocam situações de emergência em comunidades que estão localizadas em áreas de risco, onde as moradias são precárias e as pessoas vulneráveis.

Não podemos esquecer: Os eventos naturais, fazem parte da natureza e são considerados normais quando acontecem sem afetar as pessoas, bens ou infraestrutura, mas quando oferecem perigos e causam destruição ao ambiente de diversas formas, são

considerados desastres.

Dentre os eventos naturais mais comuns que causam desastres, podemos citar os deslizamentos de terra, endemias, epidemias, erosões, erupção vulcânicas, ciclones (furacão e tufão), incêndio florestal, inundação, tempestades (gelo, granizo, raios), tornado, tsunami, terremoto e outros.



Tipos de Desastres Naturais¹ - Figura 01

OS IMPACTOS DOS DESASTRES NATURAIS

Os desastres naturais são uma das maiores preocupações dos tempos atuais, seus efeitos provocam muitos prejuízos socioeconômicos com fortes impactos humanos e econômicos e esses danos estão mais presentes onde as pessoas são mais pobres.

Você precisa saber que....

- Em pesquisa realizada pelo IBGE² (2018) entre os anos 2014 e 2017, 48,6% dos municípios brasileiros foram afetados por secas, 31% por alagamentos, 27% por enchentes ou enxurradas e 15% por deslizamentos.
- Entre os anos 2010 e 2019, os desastres oriundos de fenômenos climáticos mataram 1.734 pessoas no Brasil, afetaram 211 milhões de pessoas, e custaram prejuízos de mais de R\$300 bilhões (INMET)³, 2021.
- De acordo com o estudo Índice de Risco Climático das Crianças (UNICEF⁴, 2021), em todo o mundo passa de dois bilhões o número de crianças expostas a mais de um risco, choque

ou estresse climático/ambiental.

- A maior ocorrência de desastres concentra-se nos eventos climatológicos com 71,3%, e a maior parte deles diz respeito a secas. Os eventos hidrológicos respondem por 18,2%, os meteorológicos, por 9%, e os desastres geofísicos respondem por 1%. Os demais eventos registrados respondem por 0,5%. (UNICEF – Crianças, Adolescentes e Mudanças Climáticas no Brasil, 2022).

POR QUE OS DESASTRES ACONTECEM...

A partir das informações que vimos acima, percebemos que milhares de pessoas sofrem os efeitos dos desastres que ocorrem cotidianamente em várias partes do mundo. Então, perguntamos: Por que algumas pessoas são mais afetadas pelos desastres do que outras?

Para responder esta pergunta, precisamos compreender três conceitos importantes: **riscos, ameaças e vulnerabilidades**. É importante entender esses conceitos para podermos qualificar nossa atuação em relação à mitigação ou prevenção dos desastres.

Mais uma vez vamos recorrer ao Glossário de Defesa Civil para entender essas definições:

1. **Risco** - “Relação existente entre a probabilidade de que uma ameaça de evento adverso ou acidente determinado se concretize e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor a seus efeitos”.
2. **Ameaça** – “Risco imediato de desastre. Prenúncio ou indício de um evento desastroso”.
3. **Vulnerabilidade** – “Corresponde ao nível de insegurança intrínseca de um cenário de desastre a um evento adverso determinado. Vulnerabilidade é o inverso da segurança”.

Analisar a inter-relação desses três conceitos (risco, ameaça e vulnerabilidade) é condição central para compreendermos em que contexto o desastre se instala e como poderemos agir para reduzir danos na comunidade, sabendo que quanto maior forem as ameaças e vulnerabilidades, maior será o risco de ocorrer uma emergência.

¹ https://br.freepik.com/vetores-gratis/conjunto-de-desastres-naturais_7437855.htm#query=tipos%20de%20desastres%20naturais&position=5&from_view=search&track=ais

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

³ Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

⁴ Fundo das Nações Unidas para a Infância

Exemplo ilustrativo de: riscos, ameaças e vulnerabilidades



Fonte: CEPED UFSC (2011) – Figura 02

Para refletir:

Reduzir os danos decorrentes desses desastres naturais é uma tarefa importante pois cada vez que uma comunidade é atingida por esse tipo de evento, os impactos negativos são imensuráveis, deixando suas marcas na vida de inúmeras pessoas, causando dor e destruição.

Portanto, é importante conhecer como, onde e porque esses fenômenos acontecem e sobretudo, a quem eles afetam. A informação é um dos principais instrumentos de prevenção dos danos advindos dos eventos, seja de forma natural ou produzidos pela ação humana.

Os riscos, ameaças e vulnerabilidades no Brasil...

As pessoas mais pobres de uma comunidade são geralmente as mais vulneráveis e as que mais necessitam de ajuda para superar os impactos sofridos pelas ações dos desastres.

Mesmo que se apresentem de forma súbita ou tenham origem natural, os desastres são decorrentes de processos que se tornam complexos ao longo do tempo, transformando-se, muitas vezes, em problemas estruturais e alterando profundamente a realidade de vida nas comunidades afetadas.

As seguintes perguntas ajudam a identificar quem são e onde estão as pessoas e comunidades vulneráveis e a mapear os riscos e ameaças às quais elas estão expostas.

1. Quem são as pessoas que estão permanentemente em risco?
2. Quais são os perigos aos quais elas estão expostas?
3. Que fatores as colocam em situação de vulnerabilidade?

Em alguns lugares do mundo os desastres acontecem em ciclos repetidos devido aos padrões meteorológicos locais combinados com as zonas vulneráveis em que elas vivem,

como margens dos rios, encostas das montanhas, ambientes com entulhos, terras baixas, casas de má qualidade e outras situações de risco.

Dados sobre vulnerabilidade no Brasil.....

Áreas mais vulneráveis a ocorrência de desastres naturais no Brasil

Região	Estado / área
Nordeste	Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, leste do Piauí e norte da Bahia
Sudeste	Norte de Minas Gerais
Sul	Santa Catarina e Rio Grande do Sul

Fonte: "Crianças, adolescentes e mudanças climáticas no Brasil, 2022" – UNICEF. Pag. 52

Incidência de desastres por Região

Região	% de ocorrências
Nordeste	60,3%
Sul	21,2%
Sudeste	13,6%
Norte	2,9%
Centro-Oeste	2%

Fonte: "Crianças, adolescentes e mudanças climáticas no Brasil, 2022" – UNICEF. Pag. 52

Para refletir:

"A maioria dos brasileiros vive hoje em cidades, e a densidade urbana nas grandes metrópoles cria áreas muito vulneráveis aos impactos de desastres." (GIRD+10: Caderno Técnico de Gestão Integrada de Riscos e Desastres - MDR, 2021. Pág. 41)

"Parcelas consideráveis da população brasileira são afetadas pelas mudanças climáticas, cujos impactos são agravados principalmente pela forte desigualdade social presente no país." (GIRD+10: Caderno Técnico de Gestão Integrada de Riscos e Desastres - MDR, 2021. Pág. 48)

APRENDENDO SOBRE GESTÃO DE RISCOS E DESASTRES (GRD)...

“Quando falamos em riscos relacionados a desastres, nos referimos à potencialidade de ocorrer algo nocivo, danoso para a sociedade no futuro... Por isso;

- Gerir riscos significa propor ações antecipatórias que possam reduzir a possibilidade de danos e perdas, ou pelo menos amenizar suas consequências...
- Para gerir riscos, os primeiros e indispensáveis passos são: identificar perigos; delimitar as áreas de origem e as que possam ser afetadas; entender as fragilidades do meio físico e social e antecipar as consequências. Essas são etapas fundamentais para que a GRD possa ser efetiva.” (GIRD+10 - MDR, 2021. Pág. 10)

Importante saber.....

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que 12% dos domicílios brasileiros em aglomerados irregulares ficam às margens de córregos, rios, lagos, lagoas e/ou em áreas de preservação permanente. (IBGE, Censo 2010- 07/11/2013).

Ilustrações de áreas de risco

Área de várzea



Fonte: Poder 360.com.br

Área de encosta



Fonte: Poder 360.com.br

Para refletir:

As ilustrações acima reforçam nossa reflexão sobre o conceito de vulnerabilidade, entendida como situação de fragilidade que torna os grupos humanos expostos a riscos e a níveis significativos de desagregação social e que afeta as áreas de moradia, saúde pública, segurança alimentar e outras questões sociais que ferem a dignidade e os direitos de cidadania das pessoas.

Esta realidade expõe as contradições sociais representadas pelas desigualdades, que forçam as famílias de baixa renda a procurarem as encostas ou áreas alagadiças sujeitas a deslizamentos, para construir suas moradias de forma precária, ficando sujeitas aos desastres.

MARCO LEGAL E CONCEITUAL DA REDUÇÃO DE RISCOS E DESASTRES.... EM NOSSAS VIDAS

Esfera internacional...

- Desde sua criação em 1945, a Organização das Nações Unidas tem assumido uma posição positiva na prevenção aos desastres naturais.
- A primeira conferência realizada pela ONU com o objetivo de discutir sobre a poluição atmosférica e consumo excessivo dos recursos naturais, aconteceu em 1972, em Estocolmo, na Suécia, com participação de 113 países e representantes de diversas organizações internacionais.

#O evento foi um marco para a defesa e proteção do meio ambiente, e sua declaração final contém 8 metas e 26 princípios que representam um manifesto ambiental que ainda é válido 50 anos depois.

- Em 1992, vinte anos depois da Conferência de Estocolmo, foi realizada no Rio de Janeiro, a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92 ou Rio 92. O encontro foi realizado nos dias 3 a 14 de junho, e reuniu representantes de 175 países.

Como resultado dessa conferência, foi elaborado um documento chamado Agenda 21, um compromisso das nações para desenvolver suas economias sem prejudicar o meio ambiente, contendo mais de 2.500 práticas para serem realizadas.

- As cúpulas internacionais sobre o meio ambiente e as condições climáticas avançam. Com o objetivo de estabelecer metas visando a redução da emissão de gases do efeito estufa na atmosfera, foi formado por 84 países inicialmente, em 1997 em Kyoto, no Japão, o Protocolo de Kyoto, que só passou a vigorar em 2005. O Brasil foi um dos países signatários do Protocolo de Kyoto.
- O **Acordo de Kyoto**, não contou com o apoio de todos os países industrializados que são os que mais provocam o efeito estufa. Em 2015 aconteceu o **Acordo**

de Paris mantendo os objetivos de redução do efeito estufa, porém mais abrangentes e mais completos.

- O **Marco de Sendai** é um documento que sucedeu o **Acordo de Kyoto**. Foi adotado na 3ª Conferência Mundial sobre a Redução do Risco de Desastres, realizada em 14-18 de março de 2015 em Sendai no Japão para vigorar até 2030.
- Seu propósito é aumentar a resiliência das Nações e das comunidades frente aos desastres.
- Apresenta a proposta de construção da resiliência para as comunidades afetadas pelos eventos climáticos por meio do gerenciamento constituído de 4 áreas prioritárias:
- **Prioridade 1:** Compreender o risco de desastre.
- **Prioridade 2:** Fortalecer a governança na gestão dos riscos de desastres.
- **Prioridade 3:** Investir na redução de riscos de desastres para resiliência.
- **Prioridade 4:** Reforçar a preparação para desastres de modo a obter uma resposta efetiva e “construir melhor” na recuperação, reabilitação e reconstrução.

O BRASIL E A REALIDADE DOS DESASTRES... ... A HISTÓRIA DESDE OS TEMPOS DO IMPÉRIO.

No Brasil, a preocupação com as questões relacionadas aos desastres naturais vem desde os tempos do império. Mas foi a partir da II Guerra Mundial que “...*inspirado pelo Civil Defense Service, instituído com sucesso pelo governo britânico para minimizar os efeitos dos frequentes ataques ao seu território, em 1940, e em resposta aos numerosos naufrágios de navios brasileiros torpedeados por submarinos alemães*”... o Brasil declarou guerra ao Eixo, em 1942, e no mesmo ano criou o Serviço de Defesa Antiaérea, pelo Decreto-Lei n. 4.716, de 21 de setembro de 1942, no ano seguinte transformado em Serviço de Defesa Civil, pelo Decreto-Lei n. 5.861, de 30 de setembro de 1943. Em 1946, quando terminou a guerra, esse serviço foi desativado por ser considerado desnecessário.

Quatorze anos depois, pela Lei n. 3.742, de 4 de abril de 1960, em decorrência de grave seca no Nordeste, o governo reconheceu a necessidade de ressarcir prejuízos causados por fatores naturais, caracterizando a mudança ocorrida na atenção destinada à proteção da população em função dos fatores existentes: o país saiu do foco de proteção frente a ataques oriundos de guerra e passou a dar atenção aos problemas gerados pelos desastres naturais.” (Capacitação Básica em Defesa Civil, CAD UFSC, 2013. Pág. 12).

O processo de construção da estratégia para redução de riscos e desastres...

A década de 1970 foi caracterizada pela tentativa de consolidar a organização de defesa civil. "Com o Decreto n. 67.347, de 5 de outubro de 1970, foi criado o **Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas (GEACAP)**, com pessoas preparadas para enfrentar situações extraordinárias decorrentes de desastres. O GEACAP foi o embrião do que seria, nove anos depois, a **Secretaria Especial de Defesa Civil (SEDEC)**, criada pelo Decreto-Lei n. 83.839, de 13 de dezembro de 1979, subordinada ao Ministério do Interior."

Muitas modificações na legislação sobre redução de riscos e desastres foram feitas até a instituição da Lei n. 12.608/12, que tem como principal foco ações de prevenção sem, naturalmente, descuidar das ações necessárias de resposta, de socorro e assistência e de recuperação e define as competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para atuarem, isolada e conjuntamente.

Você tem que saber ...

#A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), é a representante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), que é o órgão responsável para coordenar as ações de proteção e defesa civil em todo o território nacional.

#A Política Nacional de Defesa Civil aponta o Núcleo Comunitário de Defesa Civil (NUDEC) como o elo mais importante do Sistema Nacional de Defesa Civil e tem como finalidade integrar todo o Sistema de Defesa Civil, empresas, estabelecimentos de ensino, comunidade e instituições de segurança pública, para garantir a ação conjunta de toda a sociedade nas ações de segurança social.

GESTÃO DE RISCO E DE DESASTRES...

Os estudos e publicações atuais direcionam a Gestão de Riscos e de Desastres para ações não só **corretivas**, mas especialmente que promovam a **redução** dos riscos e desastres que acometem as populações.

De acordo com a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), aprovada pela Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012, a **Defesa Civil coordena o conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação**, com vistas à preservação da vida da população, o restabelecimento da normalidade social e a proteção civil.

Para compreender melhor como esse trabalho é realizado pela Defesa Civil, vamos tentar entender o que significa cada ponto que compõe as ações da Defesa Civil na gestão de riscos e desastres:

Prevenção de desastres > "expressa o conceito e a intenção de evitar por completo os possíveis impactos adversos (negativos) mediante diversas ações planejadas e realizadas

antecipadamente”.

Mitigação > “é a diminuição ou a limitação dos impactos adversos das ameaças e dos desastres afins. Como nem sempre é possível evitar por completo os riscos dos desastres e suas consequências, as tarefas preventivas acabam por se transformar em ações mitigatórias (de minimização dos desastres), por essa razão, algumas vezes, os termos prevenção e mitigação (diminuição ou limitação) são usados conjuntamente”.

Preparação > “uma ação que ocorre no contexto da gestão do risco de desastres. Seu objetivo principal é desenvolver capacidades necessárias para gerenciar de forma eficiente e eficaz todos os tipos de emergências e alcançar uma transição ordenada desde a resposta até uma recuperação sustentável”.

Resposta > “é a prestação de serviços durante ou imediatamente após a ocorrência de um desastre, com o propósito de salvar vidas, reduzir impactos sobre a saúde, garantir a segurança pública e satisfazer necessidades básicas de subsistência da população afetada, como o suprimento de água potável, a provisão de alimentos, a oferta e instalação de abrigos temporários”.

Restauração > “os programas de recuperação, juntamente com a conscientização e a participação pública depois de um desastre, representam uma oportunidade valiosa para desenvolver e executar medidas de redução de risco de desastres com base no princípio de “reconstruir melhor”.

Os desastres são graves perturbações no funcionamento de uma comunidade que excedem sua capacidade de lidar com seus próprios recursos. Perturbações tão graves acontecem muitas vezes de repente, sem sinais claros de aviso. Por conseguinte, pode parecer quase contraditório falar de preparação quando as catástrofes são tão difíceis de prever.

No entanto, quanto mais precauções tomarmos e quanto mais consciência construirmos para nós mesmos e para as pessoas e instituições ao nosso redor, mais fácil se torna reagir e intervir de maneira adequada quando o imprevisível ocorre.

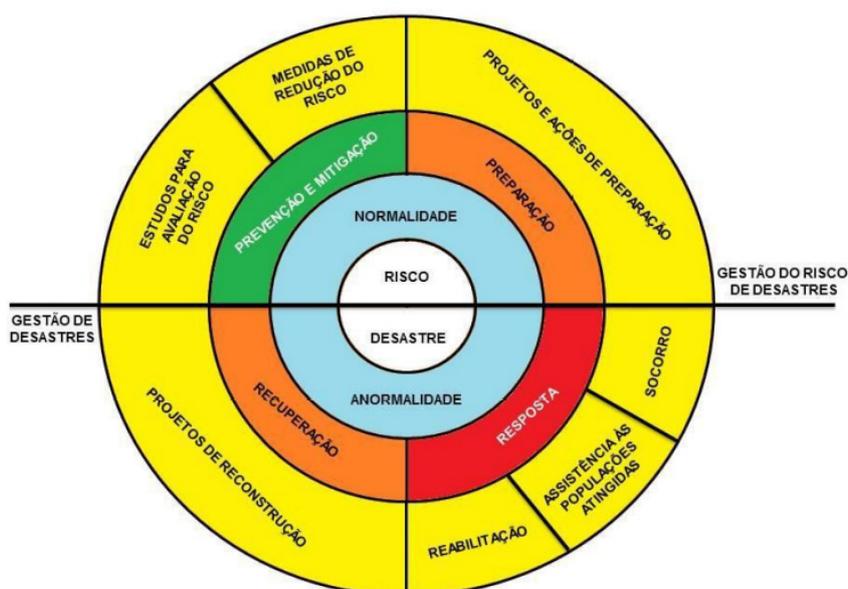
GESTÃO DE RISCO E DESASTRES COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL...

Os desafios da gestão de riscos e de desastres exigem a construção de um caminho que incorpore esses dois aspectos às reflexões sobre as mudanças climáticas e ao desenvolvimento sustentável.

O gráfico abaixo nos ajuda a entender como esse caminho é percorrido e quais ações devem ser desenvolvidas em cada fase do contexto da gestão de risco e dos desastres. Este é o desenho seguido pela Defesa Civil, e deve ser observado também pelas organizações da sociedade civil que atuam na área de prevenção dos desastres com foco nestes quatro pilares:

Redução de Riscos (potencialidade de ocorrer algo nocivo, danoso, que geram insegurança para a população) > Neste caso o foco é a **prevenção** ou **mitigação** dos riscos. Deve-se realizar estudos para avaliar os riscos e realizar medidas para reduzir esses riscos. O passo importante é a **preparação** para reduzir os riscos e isto se faz por meio da realização de projetos e ações.

Gestão de Desastre (qualquer atividade de gestão que busca evitar o aumento ou o desenvolvimento de novos riscos de desastres) > Neste caso, o foco é em políticas de redução de fatores de risco. Significa mudança de paradigma, é atuar na adaptação às mudanças climáticas, no **desenvolvimento** sustentável, diminuição da pobreza e a vários outros problemas de desenvolvimento, para reduzir as vulnerabilidades.



Fonte: PRIMAZIA DA GESTÃO DOS RISCOS NOVO PARADIGMA DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL Sandro Heleno Gomes Ferreira

Você sabia que.....

Em 1989 foi instituído o Dia Internacional da Redução de Desastres Naturais, para promover uma cultura global de redução desses desastres?

Essa data é 13 de outubro, e foi estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para refletir e valorizar como as pessoas e comunidades ao redor do mundo estão reduzindo sua exposição aos riscos de desastres naturais que as enfrentam?

Vamos lembrar...

As respostas aos desastres são desenvolvidas por meio de etapas que, se seguidas com cuidado, podem evitar catástrofes. Essas etapas foram construídas com critérios pelos órgãos competentes e na esfera governamental as ações são coordenadas pela Defesa Civil.

O caminho é a prevenção....

O conhecimento é um dos caminhos para quem deseja mudar uma realidade. Quando obtemos uma informação é fundamental pensar sobre o que podemos fazer com ela. Agora que já conhecemos um pouco sobre os desastres e como eles afetam as pessoas, convém perguntar:

Como podemos contribuir para reduzir ou mitigar os riscos e prevenir os desastres?

A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA – UMA ESTRATÉGIA PARA PREVENÇÃO DOS DESASTRES

A incorporação da comunidade nos processos de prevenção de riscos e desastres é de fundamental importância, pois lidar com os problemas que acometem a população é uma tarefa que envolve todos os setores da sociedade de forma participativa e contribui para que todos se sintam responsáveis para encontrar soluções.

O processo participativo das comunidades revela-se, contudo, difícil, tanto pela não existência de uma cultura de participação, como pela continuação da valorização do saber e linguagem técnico-científicas, afastando dos meios acadêmicos o saber tradicional. Conciliar a percepção do risco com a avaliação técnica é o desafio que as lideranças comunitárias e da sociedade civil devem enfrentar, pois aponta para alcançar eficácia dos planos de prevenção de risco e a mitigação dos desastres, lembrando que é nas comunidades que os desastres ocorrem.

Quando pensamos no contexto comunitário não podemos deixar a igreja de lado, uma vez que a igreja desempenha papel preponderante na construção de valores que defendem a vida, promovendo a resiliência não só de sua comunidade de fé, mas de toda sociedade

onde está inserida. Vamos buscar responder à pergunta, feita lá atrás, pensando no contexto da igreja local:

Enfrentar os desastres atendendo as necessidades básicas das pessoas afetadas diretamente, ou desenvolvendo ações de reabilitação, ajudando na reconstrução e reparação dos danos, são ações importantes, porém, não é o bastante para reduzir as vulnerabilidades que tornam as pessoas tão suscetíveis aos perigos.

Como a igreja pode contribuir na redução ou mitigação dos riscos e prevenção dos desastres, no contexto de suas comunidades?

APRENDENDO COM A BÍBLIA....

Nosso papel como igreja é levar a frente um projeto diaconal para que possamos ser exemplos de serviço para atender às necessidades humanas. As narrativas bíblicas nos ensinam como lidar com situações diversas nesse contexto dos riscos de desastres.

- Um passo importante é a **preparação** – Noé é um exemplo de relevância. Leia Gênesis 6:9-22 e veja como ele e sua família investiram tempo se preparando para enfrentar sem riscos o dilúvio que estava sendo anunciado. Aqui nos é dado claros exemplos de como devemos nos preparar para responder às diversas catástrofes, criando condições dentro da comunidade, e na preparação de todos os recursos disponíveis para traçar um plano de mitigação na redução de riscos.
- Quando o desastre se instala, é importante dar **resposta** imediata para retirar as pessoas do sofrimento instalado. É uma emergência, e o socorro deve ser imediato. Depois que a crise passar então segue-se com o trabalho de desenvolvimento e prevenção de desastres futuros.

Em Atos 11: 19-30 vemos a ação da igreja de Antioquia, que sabendo de uma grande fome que acometeria a região mediterrânea e que afetaria a Judeia, decidiu enviar **socorro** à igreja da Judéia, usando a estrutura da igreja para apoiar os necessitados.

- Muitas vezes, por mais que queiramos, não temos como impedir que os desastres ocorram, mas podemos agir promovendo ações de reabilitação oferecendo oportunidades de introduzir novas diretrizes e procedimentos para evitar novas catástrofes e aumentar a cooperação na comunidade.



VAMOS APRENDER ESTUDANDO NEEMIAS 1 A 4

Contexto:

Deus chamou Neemias para liderar a reconstrução de Jerusalém após o desastre da invasão e conquista, que tinha tido lugar cerca de 70 anos antes. Grande parte da cidade tinha sido destruída, incluindo as muralhas protetoras.

Neemias, um judeu cativo na Babilónia, tinha alcançado uma posição importante no palácio do rei. Pediu ao rei (que era a autoridade governamental nessa época) autorização para regressar à sua cidade e recursos extra para a reconstruir (Neemias 2:8). O rei deu-lhe generosamente cartas para os governadores locais e uma escolta armada para o proteger (2:9).

Pontos-chave

#Neemias dá-nos boas lições sobre planeamento, organização, como motivar a comunidade, como lidar com a oposição, e sobre a importância da oração em todo o processo de reabilitação.

#Ele mostrou-nos que a reabilitação é mais do que a reconstrução física. Há também batalhas espirituais e a necessidade de reconstruir e reformar estruturas sociais injustas, que aumentam muitas vezes o sofrimento das pessoas pobres.

Perguntas (reflexão individual ou em grupo)

1 Neemias fez uma inspeção noturna dos danos sofridos pelas muralhas de Jerusalém (Neemias 2:11-16). Por que pensa que ele fez isto?

2 Como é que Neemias motiva e organiza as pessoas para a tarefa da reconstrução? (Neemias 2:17-18; 3:1-32). O que é que isto nos ensina sobre a partilha ou delegação de tarefas específicas?

3 Que formas de oposição encontrou Neemias? Como é que Neemias lidou com esta oposição? (Neemias 2:19-20; 4:1-5, 7-9, 13-14; 6:1-13).

4 Segundo Neemias 6:15, o trabalho foi concluído em apenas 52 dias, um feito extraordinário. Qual acha que foi o “segredo” do sucesso de Neemias?

A oração de Neemias também nos ensina muito sobre identificação com a comunidade. Ele inclusive confessa os pecados do povo como sendo o seu próprio pecado. Dessa forma assume que é um deles.

Neemias estava numa situação bastante confortável, pois, apesar de ser escravo, servia o próprio rei numa função de confiança. Apesar disso, ele identifica-se com o seu povo, lamenta, chora e busca uma solução. Assim deveríamos ser cada um de nós com relação às nossas comunidades.

Neemias também nos ensina que mesmo que tenhamos planos e desejemos fazer algo para ajudar, o melhor é começar sempre com oração. A oração é o melhor recurso que temos em mãos e ao qual sempre temos acesso.

Para mais estudos relacionados a este tema de intervenção ou prevenção de desastres, sugerimos estes outros materiais:

- Os desastres e a igreja local: Directrizes para os líderes da igreja em áreas propensas a desastres. Bill Crooks e Jackie Mouradian. Traduzido por Isabel Carvalho, Maria Hooper. © Tearfund 2013
- Passo a Passo n.18 março 1994. Quando um desastre acontece...

CONHECER É O MELHOR CAMINHO

Metodologia Umoja, uma ferramenta de ação.

A metodologia UMOJA é uma ferramenta de mobilização comunitária, formada por seis etapas e nove princípios que instrumentalizam a igreja para agir de forma relevante em sua comunidade com o objetivo de promover o desenvolvimento comunitário.

Apesar de um processo de desenvolvimento comunitário levar mais tempo que uma atuação em situações de emergência, esses princípios quando aplicados nessas situações, contribuem para um caminho de desenvolvimento, provendo a sustentabilidade desta comunidade.

Atua-se na emergência, mas com os olhos no processo de reconstrução.

Vejamos agora como os princípios do Umoja podem nos ajudar a enfrentar as situações de emergência e desastres naturais.

APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA METODOLOGIA UMOJA, EM SITUAÇÕES DE RISCO E PREVENÇÃO DE DESASTRES E EMERGÊNCIAS

Princípio 1 – Feito por meio da facilitação:

> Essa abordagem não se baseia em pessoas de fora entrando nas comunidades e dizendo-lhes o que fazer, mas tem por objetivo ajudar as comunidades a perceber seus próprios pontos fortes e seus recursos, para que possam agir por si mesmas.

Aplicação em situações de desastre

Já vimos que comunidades mais vulneráveis tendem a não acreditar em seu próprio potencial. Numa situação de desastre é possível que a situação ainda se agrave, considerando que em muitos casos, normalmente, as pessoas afetadas perderam grande parte de seus recursos (imóveis, pessoas, bens de todo o tipo, documentos...)

É importante que a intervenção seja feita com o cuidado de não reforçar sentimento de dependência, mas procurar envolver a comunidade nas decisões e se possível nas execuções das tarefas. Essas atitudes demonstrarão respeito e reconhecerão o potencial da comunidade.

As tomadas de decisão, bem como o planejamento, tudo deve ser coordenado por

uma pessoa ou por uma equipe, mas sempre feito de forma a envolver a comunidade, jamais de forma imposta. Neste modelo, nada é decidido sozinho, tudo deve ser feito de forma a facilitar a própria comunidade a assumir o processo.

Princípio 2 – Fundamentado na Bíblia:

> O trabalho da igreja deve estar alicerçado no ensino bíblico da missão integral.

Aplicação em situações de desastre

Nossa intervenção deve ser baseada na Bíblia e nos valores do Reino de Deus. As lideranças não devem ser motivadas e movidas somente pelos seus sentimentos acerca da situação, mas devem trabalhar baseadas no amor, tendo em conta a não aceção de pessoas e visando a dignidade dos afetados.

Quando a igreja tem a compreensão de que Deus está interessado nas pessoas como um todo, e não somente na salvação da sua alma, então esta igreja se envolverá nesta situação com a perspectiva correta.

A igreja não deve usar esta situação somente com o objetivo de apresentar a igreja à comunidade, mas sim lembrar-se que seríamos conhecidos como seguidores de Jesus por causa do amor (João 13.35). A partir do serviço desinteressado aos que sofrem revelamos o amor de Cristo e Ele mesmo pode nos dar boas oportunidades nesta situação para falarmos de quem Ele é.

Princípio 3 – Conduzido pela igreja:

> Sempre que for possível, o ponto de partida para o trabalho com a comunidade deve ser a igreja local.

Aplicação em situações de desastre

Se a igreja já tem um envolvimento com a comunidade, é reconhecida como ator importante nessa comunidade, é mais fácil que seja ela a conduzir uma intervenção numa crise. No entanto, se ainda não houver esse relacionamento estabelecido, esta situação difícil pode ser uma oportunidade para a igreja servir a comunidade e esta por sua vez, poderá reconhecer na igreja, o desejo de ajudar, somar e fazer parte da comunidade de forma efetiva.

Algumas comunidades têm certa resistência em envolver-se com as igrejas considerando um histórico de que a igreja se aproximava somente para obter algo da comunidade (membros, ofertas, contatos...). Nesses casos, é importante que a igreja mostre serviço e ações intencionais de parceria, de um trabalho lado a lado.

Numa comunidade onde a igreja local trabalhou a partir da metodologia Umoja, foi possível ouvir de um membro da comunidade que não tinha relacionamento direto com a igreja local: “essa igreja é diferente, ela não quer o nosso dinheiro, eles ajudam a gente”.

Princípio 4 – Relacional

> É importante dedicar tempo para desenvolver bons relacionamentos e confiança.

Aplicação em situações de desastre

Numa situação de desastre não há tempo suficiente para criar laços fortes de relacionamento, no entanto, pode ser esta a oportunidade para iniciar-se a construção desses laços. Deve-se considerar que este trabalho será somente o início de uma caminhada, de uma construção da confiança entre as partes envolvidas.

Este tipo de trabalho comunitário não se baseia em estruturas, instituições, mas acontece muito mais baseada nas relações. O mais importante não é executar tarefas somente, mas como isso será feito. Será de comum acordo ou o grupo está dividido?

Se houver uma divisão no grupo, é importante que se gaste mais tempo investindo no relacionamento e na tentativa de chegar a um acordo do que concluir uma tarefa, mas concluir sozinho.

Princípio 5 – Empoderador

> A igreja local e a comunidade devem adquirir habilidades e confiança de modo que possam assumir a responsabilidade por seu próprio desenvolvimento.

Aplicação em situações de desastre

Caso não haja um trabalho prévio, nesta perspectiva, esta será uma oportunidade de marcar a diferença do trabalho focando o desenvolvimento da comunidade.

Mesmo o trabalho de emergência não deve ser feito na perspectiva de doador e receptor, mas sim de parceria entre iguais, uma relação em que uns aprendem com os outros. Em uma comunidade que enfrenta uma situação de desastre como inundações periódicas, por exemplo, foi possível formar um conselho de emergência com representantes de toda a comunidade.

Princípio 6 – Participativo

> Todas as pessoas devem estar envolvidas no processo e capacitadas a participar, especialmente as que podem ser marginalizadas, tais como as mulheres, as crianças, os que têm deficiências, em especial as pessoas empobrecidas.

Aplicação em situações de desastre

Dentro do que for viável e seguro na situação apresentada, todos devem estar envolvidos, tanto nas decisões como nas ações práticas. Essa atitude marcará a diferença como um trabalho feito com a comunidade e não somente para a comunidade.

Princípio 7 – Aberto e não prescritivo

> Aquilo que a igreja local e a comunidade decidirem fazer é inteiramente definido por elas. O facilitador não tem uma ideia pré-estabelecida do que elas irão fazer.

Aplicação em situações de desastre

Em situações de desastres é muito importante dar atenção ao que dizem os técnicos e estudiosos daquele tipo de crise. No entanto, não podemos esquecer de ouvir aqueles que, apesar de não serem técnicos, são peritos também, pois conhecem a comunidade, o terreno, a região, os costumes... tudo isso na prática.

Estes, com certeza, também podem contribuir para a tomada de decisões. É importante que essas situações sejam tratadas de forma personalizada, isto é, não há somente uma forma de se fazer. Cada contexto, cada comunidade tem a sua história, está em determinado lugar, tem certas vivências e tudo isso pode afetar a forma de intervenção. Não há uma receita única.

Princípio 8 – Liberando os recursos da própria igreja e da comunidade:

> Este processo deve sempre começar ajudando a igreja e a comunidade a identificar e usar seus próprios recursos, possibilitando também as pessoas se libertarem de uma mentalidade de dependência.

Aplicação em situações de desastre

O conhecimento sobre os diversos tipos de recursos que se pode ter numa comunidade, pode contribuir para não criar dependência de doações externas.

Caso a comunidade já tenha uma preparação prévia para este tipo de situação,

é possível que identifique seus próprios recursos para alavancar a reconstrução desta comunidade. No entanto, se essa comunidade não tiver qualquer preparação anterior ao desastre, com certeza precisará de maior apoio externo, mas não devemos perder de vista que todos podem contribuir com algo que tem, mesmo que pareça muito pequeno.

Princípio 9 – Contínuo e sustentável:

> Os facilitadores locais devem sempre buscar meios para permitir que o processo e os projetos continuem por muito tempo depois que o apoio externo houver terminado.

Aplicação em situações de desastre

As estratégias para atuar em situações de desastres devem ter a possibilidade de manter-se, seja para evitar uma nova situação ou para atuar de forma rápida e efetiva numa outra situação que possa acontecer. Este método evita que a comunidade fique desassistida quando os apoios externos são encerrados.

O papel das lideranças

A busca de conhecimentos é fundamental quando as lideranças das igrejas desejam atuar na redução de riscos e desastres naturais e emergências. É importante saber que os líderes podem desempenhar um papel muito importante quando se propõem a ajudar suas comunidades. Para que haja mais efetividade em suas ações é necessário conhecer seu potencial e suas limitações e assim, vencer os medos e buscar fortalecimento para desempenhar com competência seu papel.

Vejamos alguns pontos fundamentais que o líder deve observar quando atua em situação de emergência:

Conhecimento: Deve estar consciente do risco de desastre na sua área e ser capaz de partilhar isto com a sua igreja e comunidade.

Liderança: Deve ter capacidade de pensar rapidamente numa crise, definir prioridades, tomar decisões e delegar a outros quando necessário.

Gestão de Voluntários: Ser capaz de recrutar, organizar e encorajar voluntários.

Estabelecer redes de contatos: Saber criar ligações com outras igrejas dentro do estado ou país para buscar apoio.

Prestar apoio espiritual e emocional: Estar disponível para ouvir e ajudar aqueles que se encontram sob grande tensão emocional, luto e sofrimento em consequência do desastre, e oferecer apoio da oração.

Ensinar: Deve compartilhar a perspectiva bíblica dos desastres e compaixão de Deus por todas as pessoas, raças e credos.

Para continuar refletindo....

Vivemos em um país onde as áreas de risco são numerosas e milhares de pessoas estão em situação de vulnerabilidade devido às precárias condições de moradia.

Nós, como parte da igreja, devemos ser sensíveis a esta situação e procurar formas de contribuir para a transformação dessa realidade, começando de nosso território de atuação.

Retomando o estudo bíblico em Neemias, vimos que o projeto foi tocado pela compaixão, quando soube que seu povo estava vivendo no meio de uma cidade destruída, e se sentiu compelido a ir até lá coordenar a reconstrução.

Você pode erguer seu olhar e identificar em sua volta, uma comunidade que está necessitando de apoio para prevenir riscos de desastres e começar um trabalho. Amplie seus conhecimentos pesquisando mais e participando das redes locais.

GUIA PARA ATUAÇÃO

Emergências e desastres são comumente divididos em 3 fases:

1ª Fase de Preparação – ocorre antes de uma situação acontecer;

2ª Fase de Implementação - ocorre quando há emergência (caso de terremotos, ciclones ou desastres de impacto repentino semelhantes) no período imediatamente posterior;

3ª Fase de Recuperação ou saída – ocorre quando a situação está estabilizada e sob controle e o tempo para considerar o arredondamento da ação de resposta.

FASE DE PREPARAÇÃO

Antes que uma situação aconteça – quando é feito o planejamento, preparação e a estrutura básica.

- O que sabemos sobre nosso meio ambiente e nossa comunidade? Que tipo de cenário de emergência ou desastre podemos antecipar? Que emergências aconteceram no passado e o que é provável que volte a acontecer?
- Como reagimos? Qual é a nossa capacidade hoje? Que recursos temos? Povo? Especialistas na rede de igrejas? Seria uma boa ideia ter pessoas-chave dentro da igreja já nomeadas com certas responsabilidades no caso de uma emergência acontecer.
- Dê as mãos! Identifique seus amigos. Com quem você colabora? A quem você recorre para obter apoio em uma eventual emergência (outras igrejas, organizações cristãs, autoridades, fundos de emergência, etc.)

IMPLEMENTAÇÃO /FASE AGUDA

Durante uma situação de emergência/desastre em curso

Tempo para ação dentro de determinado quadro, com flexibilidade.

- Como nos engajamos quando um desastre acontece?
- Reflita sobre essas 4 perguntas:
 1. Quando respondemos?
 2. Onde respondemos?
 3. Com quem respondemos?
 4. Por que estamos respondendo?

Numa resposta de emergência de uma escala que envolve muitos atores diferentes, tanto das autoridades como da sociedade civil, a coordenação é crucial e geralmente há

um órgão de coordenação responsável e, mais comumente, será a nível de autoridade/município. É importante fazer parte da resposta coordenada para que ela atenda a todas as necessidades e grupos afetados de forma adequada.

A proteção é outra questão importante em situações de emergência, especialmente quando se trata de cenários de refugiados. É de fundamental importância garantir que a assistência prestada tenha como objetivo proteger indivíduos já vulneráveis de abuso e assédio sexual.

O apoio psicossocial é outro aspecto muito importante na resposta a desastres. Independentemente do tipo de emergência, as pessoas estarão sob estresse extremo, pressão e até choque. Pessoas que lutam pela própria sobrevivência e da família ou para encontrar apoio, correm o risco de desequilíbrio emocional muito mais facilmente. Portanto, esse tipo de apoio é de extrema importância.

Também é importante lembrar dos implementadores quando se trata de apoio psicológico. Muitas vezes, tendemos a nos concentrar tanto nas vítimas (por razões óbvias) que esquecemos que aqueles que estão na linha de frente para ajudar, muitas vezes testemunham eventos e situações dramáticas que podem causar diferentes tipos de estresse e trauma.

FASE DE RECUPERAÇÃO /SAÍDA

No final/Depois a emergência/desastre deve ser feita uma autorreflexão/avaliação.

- Atendemos às necessidades certas?
- Respondemos corretamente de acordo com o Quando, Onde, Quem, Por Quê?
- Poderíamos ter feito melhor/diferente?
- Como podemos fazê-lo melhor e de que outra capacidade precisamos?

Para além da coordenação que foi mencionada acima como uma questão fundamental para uma resposta global bem-sucedida numa resposta de emergência, é igualmente importante garantir a qualidade e a relevância da assistência que está a prestar.

Para facilitar isso, existem vários Códigos de Conduta, documentos de Padrão Mínimo e guias que ajudam a determinar o que é necessário para garantir que o socorro e a assistência que se deseja fornecer sejam apropriados.

Esses documentos também ajudam a manter o foco nas vítimas do desastre e garantir que os esforços e ações de socorro sejam feitos com eles em mente – e não com nosso próprio desejo de ajudar da maneira que achamos que seria melhor.

ESFERA é uma referência teórico-metodológica para atuação no combate aos desastres em situação de emergência, criada em 1997 por um grupo de organizações

humanitárias não governamentais e pelo Movimento da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, cujo objetivo é melhorar a qualidade de suas respostas humanitárias e prestar contas de suas ações.

A filosofia Esfera está baseada em duas crenças básicas:

- As pessoas afetadas por catástrofes ou conflitos têm direito à vida com dignidade e, conseqüentemente, o direito a assistência;
- Devem ser tomadas todas as providências possíveis para aliviar o sofrimento humano decorrente de catástrofes ou de conflitos.

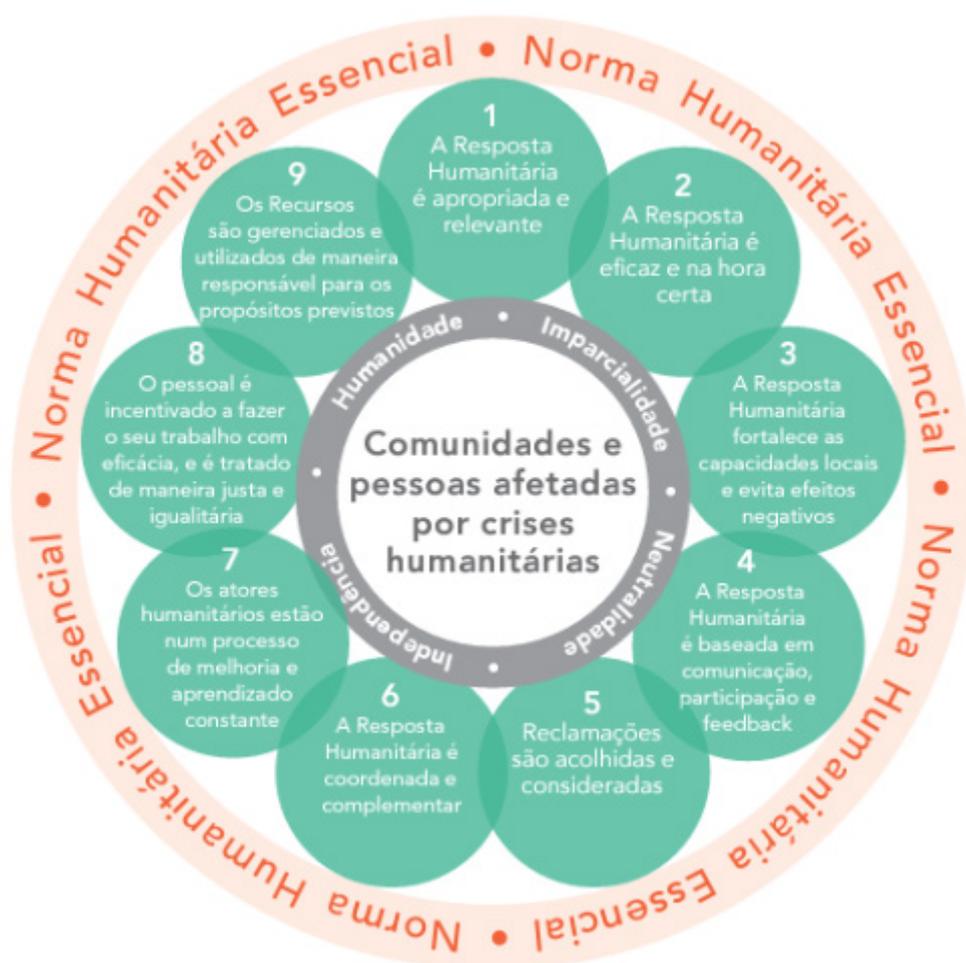
A força de todo o Manual ESFERA reside em sua universalidade e adaptabilidade a todos os contextos humanitários. Ele tem ampla adesão do setor humanitário e, portanto, proporciona uma linguagem comum para trabalhar com todas as partes que fazem intermediação no que diz respeito à qualidade e à prestação de contas em contextos humanitários. Vale a pena se familiarizar com documentos que compõem as bases éticas, jurídicas e práticas de uma resposta humanitária pela perspectiva do Manual ESFERA.

- A Carta Humanitária
- Os principais padrões humanitários

A Carta Humanitária expressa as crenças compartilhadas e os princípios comuns relativos à ação humanitária e às responsabilidades em situações de desastre ou conflito e assinala que essas crenças e princípios se refletem na legislação internacional.

A Norma Humanitária Essencial sobre Qualidade e Prestação de Contas, estabelece nove compromissos que as organizações envolvidas na resposta humanitária podem usar para melhorar a qualidade e eficácia no apoio que oferecem.

Quadro da Norma Humanitária Essencial sobre Qualidade e Prestação de Contas



Importante saber.....

Se você deseja aprofundar seu saber sobre a proposta ESFERA e as respostas humanitárias, acesse o link para obter o MANUAL: [O_Manual_Esfera_WEB](#)

REFERÊNCIAS

1. COLEÇÃO BRASIL CRESCE SEGURO Proposta de Programa de Redução de Risco de Desastres nas Escolas Volume 4 – Guia Conceitual em Redução de Risco de Desastres. Florianópolis, 2013.
2. CASTRO, A. L. C. 1998. Glossário de defesa civil: estudo de riscos e medicina de desastres. Brasília: MPO/ Departamento de Defesa Civil. 283 p.
3. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Base da População em Áreas de Risco no Brasil. Rio de Janeiro, 2018.
4. UNICEF - CRIANÇAS, ADOLESCENTES E MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL, 2022.
5. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: 1991 a 2012 / Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. 2ª. ed. rev. ampl. – Florianópolis: CEPED UFSC, 2013.
6. PREPARANDO-SE PARA EMERGÊNCIAS. Guia PILATES. Isabel Carter. Tearfund, 2002.
7. GIRD+10: Caderno Técnico de Gestão integrada de risco e desastres / coordenação SAMIA NASCIMENTO SULAIMAN – 1 ed. – Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Regional : Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, 2021.
8. Pastores e Desastres: Manual de Ferramentas para a Redução e Gestão dos Riscos de Desastre com base na comunidade para os membros e associados da Comunidade Anglicana de ajuda e desenvolvimento. Episcopal Relief & Development. 2017.
9. Os desastres e a igreja local: Directrizes para os líderes da igreja em áreas propensas a desastres. Bill Crooks e Jackie Mouradian. Traduzido por Isabel Carvalho, Maria Hooper. © Tearfund 2013.
10. Quando um desastre acontece. Passo a Passo n.18 março 1994. Tearfund.
11. Umoja: Transformando Cominidades. Manual de Facilitação, Francis Njoroge, Tulo Raistrick Bill Crooks e Jackie Mouradian. Traduzido por: Wanderley de Mattos Jr e João Martinez da Cruz. 2009. Tearfund.
12. <https://www.defesacivil.pr.gov.br/Pagina/Legislacao-internacional>
13. https://fld.com.br/wp-content/uploads/2019/07/mah_ptb_brochura.pdf
14. <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/63176>
15. <https://drmims.sadc.int/pt/sendai-framework/sendai-framework-for-drr>
16. www.corehumanitarianstandard.org
17. O_Manual_Esfera_WEB